

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 17 644/2007

Por despacho do Subsecretário de Estado da Administração Interna de 29 de Janeiro de 2007, foi celebrado contrato de prestação de serviços com a licenciada Alexandra Isabel Tavares Bilelo Valério, ao abrigo do artigo 11.º, *in fine*, do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, para se ocupar, em concreto, com a análise jurídica dos processos de reconhecimento, alteração estatutária e extinção de fundações que se encontram na tutela deste Gabinete. O contrato terá a duração de quatro meses, correspondendo o serviço prestado ao pagamento mensal de dois terços da remuneração atribuída a adjunto do Gabinete. O contrato produz efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2007.

15 de Junho de 2007. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio*.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Despacho n.º 17 645/2007

Delegação de competências

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 13.º, n.º 3, da Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro, e no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, delego nos oficiais referidos no n.º 2 a competência para a prática dos seguintes actos, no âmbito da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, que aprovou o novo regime jurídico das armas e suas munições:

1.1 — Decidir os pedidos de concessão e renovação das licenças B1, C, D, E, F e da licença de detenção de arma no domicílio;

1.2 — Decidir os pedidos de autorização prévia para aquisição de armas das classes B1 e C e de armas de sinalização;

1.3 — Decidir os pedidos de autorização para aquisição de armas veterinárias e de lança-cabos;

1.4 — Decidir os pedidos de aquisição de armas por sucessão *mortis causa*;

1.5 — Decidir os pedidos de averbamento em nome do cabeceira-de-casal de armas manifestadas, até se proceder à partilha dos bens do autor da herança;

1.6 — Decidir os pedidos de autorização prévia para a inscrição e a frequência nos cursos de formação para portadores de armas de fogo;

1.7 — Emitir os livros de registo de munições para as armas das classes B e B1, a requerimento dos interessados;

1.8 — Certificar os documentos de cedência, a título de empréstimo, de armas das classes C e D emitidos pelos respectivos proprietários, desde que destinadas ao exercício de prática venatória;

1.9 — Decidir os pedidos de autorização para a entrada e circulação em território nacional e a saída deste de armas de fogo e munições para uso, porte e transporte por elementos de forças e serviços de segurança de outros Estados, em missão oficial em Portugal ou em trânsito de ou para países terceiros.

2 — Oficiais a que se refere o presente despacho:

a) Superintendente Francisco Maria Correia de Oliveira Pereira, comandante do Comando Metropolitano de Lisboa;

b) Superintendente-chefe José Gomes Pereira, comandante do Comando Metropolitano do Porto;

c) Superintendente José António Jorge Vaz Antunes, comandante do Comando Regional dos Açores;

d) Superintendente Guilherme José Costa Guedes da Silva, comandante do Comando Regional da Madeira;

e) Intendente Francisco António Carrilho Bagina, comandante do Comando de Polícia de Aveiro;

f) Intendente Madalena Maria de Almeida Rodrigues Amaral, comandante do Comando de Polícia de Beja;

g) Intendente Miguel José Ferreira Mendes, comandante do Comando de Polícia de Braga;

h) Intendente Amândio Amílcar Correia, comandante do Comando de Polícia de Bragança;

i) Intendente José Poças Correia, comandante do Comando de Polícia de Castelo Branco;

j) Intendente José Carlos Bastos Leitão, comandante do Comando de Polícia de Coimbra;

l) Intendente José Ferreira Oliveira, comandante do Comando de Polícia de Évora;

m) Intendente Jorge Filipe Guerreiro Cabrita, comandante do Comando de Polícia de Faro;

n) Intendente Luís Manuel Pacheco Ribeiro Viana, comandante do Comando de Polícia da Guarda;

o) Intendente Flávio dos Santos Alves, comandante do Comando de Polícia de Leiria;

p) Intendente Manuel Gomes do Vale, comandante do Comando de Polícia de Portalegre;

q) Intendente José Casimiro Matias David, comandante do Comando de Polícia de Setúbal;

r) Intendente José Martins Cruz, comandante do Comando de Polícia de Viana do Castelo;

s) Intendente Serafim José Sousa Tavares, comandante do Comando de Polícia de Viana do Castelo;

t) Intendente Constantino José Mendes de Azevedo Ramos, comandante do Comando de Polícia de Viseu.

3 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os comandantes referidos no n.º 2 só podem subdelegar as competências a que se referem os n.ºs 1.8 e 1.9.

4 — O comandante do Comando Regional dos Açores pode subdelegar as competências referidas nos n.ºs 1.1 a 1.9 nos comandantes dos Comandos equiparados a Comando de Polícia de Ponta Delgada, Horta e Angra do Heroísmo.

5 — Os comandantes dos Comandos equiparados a Comando de Polícia de Ponta Delgada, Horta e Angra do Heroísmo só podem subdelegar as competências a que se referem os n.ºs 1.8 e 1.9.

6 — Ratifico, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os actos praticados até à data da publicação do presente despacho, no âmbito da presente delegação.

7 — Revogo a delegação de competências a que se refere o n.º 1.12 do despacho n.º 17 087/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de 9 de Agosto de 2005, na parte respeitante à aplicação das coimas e das sanções acessórias por infracções cometidas no domínio do comércio, fabrico, aquisição, detenção, uso e porte de armas e munições.

14 de Maio de 2007. — O Director Nacional, *Orlando Romano*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 14 514/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Fevereiro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a José Dias, natural de Praia, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 27 de Setembro de 1953, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 14 515/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 3 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Vicência Botelho de Vasconcelos, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida em 13 de Outubro de 1935, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 14 516/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 3 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Manuel António Semedo Lopes, natural de São Sebastião da Pedreira, República Portuguesa, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 15 de Abril de 1982, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.